

PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA

LARGO SÃO FRANCISCO: FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO E CENTRO ACADÊMICO XI DE AGOSTO

Localizado no Largo São Francisco, a Academia de Direito de São Paulo foi fundada em 11 de agosto de 1827, pelo Imperador D. Pedro I e, em 1934, foi incorporada à recém-criada Universidade de São Paulo. Em 1903, funda-se o Centro Acadêmico XI de Agosto. Até hoje é um espaço fundamental de aglutinação do Movimento Estudantil.

A Academia de Direito de São Paulo foi fundada, por lei promulgada pelo imperador Pedro I (de fundação de Cursos de Direito no Brasil), em 11 de agosto de 1827.

Desse decreto, a Academia se instalou no convento de Frades, no Largo de São Francisco, que datava do século XVI. No início, o Convento e a Escola funcionaram juntos. Os estudantes entravam pela Sacristia, para chegar às salas de aula, e era o sino da igreja que os chamava para as aulas.

A Academia foi um pilar importante do Império, pois se destinava a formar juristas e administradores públicos capazes de estruturar e conduzir o país. A implementação da Faculdade de Direito do Largo São Francisco representou a secularização do ensino em um Brasil recém-independente, que buscava também uma autonomia política e a construção de uma identidade nacional.

A Faculdade de Direito foi administrada pelo Governo Central, primeiro, monárquico e, depois, republicano. Na verdade, a incorporação à Universidade de São Paulo, antecipou-se um pouco ao Decreto que formalizou a transferência, assinado por Getúlio Vargas somente em 10 de agosto de 1934.



Na década de 1930, o prédio foi sendo paulatinamente reconstruído, e chegou a ser demolido, para dar lugar ao atual – hoje denominado “Prédio Histórico”. O novo edifício, de autoria de Ricardo Severo, buscava representar um estilo neocolonial, que agregava à moderna arquitetura, elementos do barroco luso-brasileiro, evocando a tradição cultural do país e do convento.

Ali também erigiu-se, no mesmo período, um palanque – a chamada “Tribuna Livre do Largo de São Francisco” –, permitindo a parada de pedestres para ouvir discursos e para haver a divulgação livre de opiniões ao povo.

Nesse sentido, muitos dos professores, alunos combateram a escravidão, a luta civilista, o Estado Novo e a ditadura pós-1964, sendo que muitos que fizeram parte do corpo docente passaram a ocupar diversos postos do Poder Judiciário em todos os

níveis de atuação, sendo que lá se formaram nove Presidentes da República, além de diversos que ocuparam cargos públicos. Alguns dos alunos e professores com maior destaque foram: Álvares de Azevedo, Castro Alves e Fagundes Varela, Joaquim Nabuco, Pimenta Bueno, Prudente de Moraes, Campos Salles, Bernardino de Campos, Júlio Prestes, Rui Barbosa, Jânio Quadros, Washington Luís, André Franco Montoro, Miguel Reale, Goffredo da Silva Telles Junior, Fábio Konder Comparato, Rui Barbosa, Carlos Norberto de Souza Aranha, Ulisses Guimarães, Dalmo de Abreu Dallari, Michel Temer, Caio Prado Júnior, Plínio Soares de Arruda Sampaio.

Centro Acadêmico XI de Agosto

O Centro Acadêmico XI de Agosto foi fundado em 1903, o que representou a união de diversos agrupamentos estudantis já existentes na Faculdade de Direito de São Paulo. O Centro Acadêmico foi o primeiro fundado no Brasil, e representa um histórico de lutas desde então, mantendo uma tradição de engajamento com os mais variados problemas sociais enfrentados pela sociedade.

Já em 1906 apoia e realiza ato de solidariedade à greve dos operários da Cia Paulista de Estradas. Em 1907 transfere sua sede para a Rua XV de Novembro, que se torna ponto de encontro entre estudantes e trabalhadores. Em 1909 participa da Campanha Civilista de Rui Barbosa (ex-estudante da Academia) que condena a arbitrariedade da tribuna

do Senado Federal e constitui a primeira manifestação de dissenso entre estudantes organizados e o Governo Federal.

O Departamento Jurídico XI de Agosto foi criado em 1919, com a finalidade de franquear o acesso à justiça aos que não tem condições de pagar e arcar com as despesas processuais. Enquanto ajudam pessoas carentes, o Jurídico ensina os estudantes a advogar.

Após do assassinato de João Pessoa, em 1930, em Recife, sua morte foi o estopim para um movimento armado que mudou a estrutura política nacional, gerando a Revolução de 30. Com isso, os estudantes de Direito promovem uma passeata e são reprimidos pela polícia e atacados dentro da Faculdade. Alguns dias depois do embate, os alunos declaram o Largo de São Francisco como Território Livre. Com isso, passa-se a construir uma memória de resistência em torno da Faculdade por conta deste espaço, que por muitas vezes fora respeitado, e outras, invadido.

O Centro Acadêmico, durante o primeiro semestre do ano de 1932, foi centro de agitação; enquanto líderes políticos se ocupavam com as negociações oficiais, os estudantes se dedicavam a organizar a adesão popular para a luta armada. Com a Revolução Constitucionalista, de 1932, na Faculdade de Direito formaram-se três batalhões, sendo que sete estudantes morreram em batalha, sendo que, no pátio das Arcadas existe um monumento em homenagem.

Durante a “Era Vargas” (1937-1945), tiveram importante papel na resistência a ditadura promovendo manifestações já a partir do ano seguinte ao golpe que instituiu o Estado Novo. Em 2 de novembro de 1943, a Polícia Especial invadiu o Centro Acadêmico XI de Agosto, desencadeando



Figura 1. Folha de São Paulo.

O XI de Agosto distribuiu um comunicado oficial, ressaltando que, antes da chegada de Pinheiro Neto a polícia se postou defronte ao edifício estava empenhada em impedir o ingresso do conferencista. Os policiais armados de metralhadoras andavam na Faculdade, cujas portas haviam sido fechadas pelos próprios alunos e dispararam rajadas contra o teto e os vidros das janelas e do portão de entrada. Foram interrompidas as atividades na Faculdade, que teve vidros quebrados, barricada levantada pelos estudantes.

uma série de reações que culminaram com a Passeata do Silêncio. Mesmo proibida, os estudantes saíram às ruas em 9 de novembro e foram duramente reprimidos, com saldo de um morto e dezenas de feridos.

Outro período reconhecido como um tempo de resistência foi durante o Regime Militar (1964-1985). A Faculdade teve pouco antes o golpe de 1964 seu Território invadido por militares. Tudo isso por conta de uma palestra convocada pelo Centro Acadêmico, quando o dirigente da SUPRA (Superintendência de Política Agrária) do Governo João Goulart e daria uma palestra sobre as Reformas de Base. Em meio a agitação dos setores engajados que acreditavam numa mudança significativa da sociedade, às vésperas do Golpe o atual governador de São Paulo, Adhemar de Barros, manda a guarda Civil para impossibilitar a palestra. Os estudantes reagem ocupando os espaços da Faculdade com barricadas, e organizados, fazem um enterro simbólico do Governador no Território Livre.

Em solidariedade aos acadêmicos de Direito (em greve devido à ocupação da Faculdade pela Polícia), os estudantes da Faculdade de Filosofia da USP e da Escola Politécnica deflagram greve, que perduraria até a desocupação das Arcadas.

Em 1968, quando foi estabelecida pelo Governo, a Reforma MEC-USAID, foi os acordos estabelecidos entre o Ministério da Educação (MEC) e United States Agency for International Development (USAID) tinham como objetivo promover a reforma do ensino brasileiro tendo como proposta, essencialmente, privatizar as escolas e universidades públicas, além de instaurar o modelo norte-americano tecnicista, o que causou uma comoção nacional em todas as Universidades do país.

Inspirados com a efervescência do Movimento Estudantil no Brasil e no Mundo, em 1968, além de o Centro Acadêmico participar e apoiar e organizar os principais atos ocorridos no ano. Concomitantemente com a ocupação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na USP, localizada na época na Rua Maria Antonia, em junho, os estudantes da Faculdade de Direito da USP participaram de uma assembleia e nela, foram

deliberadas por unanimidade a ocupação das Arcadas do Largo São Francisco em forma de protesto às reformas, além de pautas específicas de reivindicação como a reestruturação de currículos e o fim da estrutura hierárquica e rígida dentro da Universidade.

Cerca de 80 estudantes tomaram o edifício no centro de São Paulo, emparedando as três portas da entrada e evitando que a Polícia ou a Diretoria os expulsasse do Largo São Francisco, ameaças essas sempre presentes no cotidiano dos alunos durante o regime militar.

A ocupação, sem apoio popular, era cada vez mais atacada em notícias veiculadas pelos principais jornais. A possível retomada da escola, por meio de um violento ataque do grupo paramilitar CCC (Comando de Caça aos Comunistas) era um constante risco.

A diretoria ganhou na Justiça a reintegração de posse e, depois de 26 dias, a ocupação chegava ao fim. Os Estudantes são forçados a desocupar o prédio e, como ato de protesto, saem todos cantando o Hino Nacional.



Este movimento é uma denúncia da estrutura universitária brasileira, que está falida e sendo mantida à bala. Nossa tomada de posição é uma negação total dessa estrutura, que, para nós, não mais existe: por isso, queremos uma nova estrutura.

Marco Aurélio Ribeiro. Em 1968 foi presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto.

Sem resistência ou clima hostil, os estudantes foram retirados da faculdade, levados para o Dops (Departamento de Ordem Política e Social) e, logo depois, soltos. Foi aberto um processo administrativo contra 40 envolvidos na tomada. “Existia um temor de que, por exemplo, aqueles 40 alunos fossem punidos com expulsão, pretensão maior dos diretores, todos envolvidos com a ditadura”, destaca Henrique Buzzoni. É importante também salientar que essas lutas perduram até hoje, por uma horizontalização maior das estruturas de poder da USP.

Os estudantes tiveram diversos embates e formas de reivindicação e apropriação da Faculdade como espaço de resistência, como faixas e pichações no prédio. O Centro Acadêmico é conhecido por conta de diversos atos criativos. Durante muitas vezes nesse período, além de enterrarem a constituição, fazerem o velório de dirigentes políticos, também cobriram com um manto preto, enlutando a Tribuna Livre, indicando, com isso, o luto da Justiça e da democracia no Brasil.

Após o AI-5, o Movimento Estudantil entra para a clandestinidade e só voltará a ativa no fim da década de 1970. Destacamos dois momentos fundamentais para a rearticulação do Movimento Estudantil Nacional e a sua articulação com o Movimento Operário.

Em 1973, com a criação dos cursos de pós-graduação e a conseqüente diminuição do espaço destinado aos estudantes, cogitou-se, como já ocorrera antes, da mudança para o “campus” da Cidade Universitária, na zona oeste da cidade em Pinheiros. Contudo, a grande maioria dos estudantes e professores foi contrária a essa transferência, uma vez que toda a infraestrutura jurídica estava concentrada no centro da cidade (os tribunais e grande número de escritórios de advocacia). Além de tudo, mais de um século e meio de ativa presença no Largo de São Francisco deram significado histórico ao local.

Diante disto, foi colocada a pedra fundamental do pretendido novo edifício da Faculdade de Direito no “campus” da USP. Imbuídos do espírito acadêmico e ideais de liberdade, alguns estudantes manifestaram o desacordo com a situação surrupiando - na calada



da noite - a pedra fundamental, marco da construção do pretendido prédio, e foi instalada (até hoje) no pavimento da calçada em frente à Escola.

Nela, os estudantes do Largo gravaram as seguintes palavras: “Quantas pedras forem colocadas, tantas arrancaremos. 30-X-1973”.

Em abril de 1977 os estudantes também declararam morta a Constituição, e com faixas onde se lia “Faleceu a Constituição, Pelo Estado de Direito e Pela Constituinte” e fizeram um enterro digno de cerimônia, no canteiro da Faculdade de Direito. Os estudantes se reuniram no Pátio interno, dirigiram-se ao Monumento dedicado aos mortos do Movimento Constitucionalista de 1932, e de lá, carregando faixas que pediam a volta do Estado de Direito e declarando que a Constituição havia morrido, seguiram para a chamada Tribuna Livre, em frente da Faculdade, por uma manifestação de apoio à convocação de uma nova Assembleia Constituinte.

Destacamos dois momentos fundamentais para a rearticulação do ME Nacional e a sua articulação com o Movimento Operário. O primeiro foi em maio de 1977 que depois dos atos do Dia do Trabalho, operários e estudantes foram presos. No dia 06 de maio de 1977, (dirigidos pelos DCES da PUC e da USP) os estudantes se reuniram no Largo de São Francisco e em carta aberta à população os estudantes clamaram pela libertação dos estudantes e operários presos, e também pelo fim das torturas, prisões e perseguições políticas, pela anistia total e ampla de todos os presos, banidos e exilados políticos e pelas liberdades democráticas. Na Carta os estudantes deixam claro que “ *Hoje consente quem cala. Basta às prisões. Basta de violências*”. A passeata

enfim não pode prosseguir e foi barrada por militares, pois as passeatas naquele período eram proibidas.

Na época do Sesquicentenário de fundação dos Cursos Jurídicos, em 1977, foi construído, em frente à Faculdade, um trecho amplo e largo de calçada, considerada por tradição, já desde a década de 30, “Território Livre”..

O Segundo momento seria no dia 8 de agosto deste mesmo ano, quando juristas de todo o Brasil assinam a “Carta Aberta aos Brasileiros” feita pelo Prof. Dr. Goffredo da Silva Telles Junior, que foi lida por conta das solenes comemorações do Sesquicentenário dos Cursos Jurídicos no Brasil.

Das Arcadas do Largo de São Francisco, do “Território - Livre” da Academia de Direito de São Paulo, dirigimos, a todos os brasileiros esta Mensagem de Aniversário, que é a Proclamação de Princípios de nossas convicções políticas. (...) aqui permanecemos, decididos, como sempre, a lutar pelos Direitos Humanos, contra a opressão de todas as ditaduras. Nossa fidelidade de hoje aos princípios basilares da Democracia é a mesma que sempre existiu à sombra das Arcadas: fidelidade indefectível e operante, que escreveu as Páginas da Liberdade, na História do Brasil.

Esse ato teve grande repercussão como o lançamento de uma Campanha pela democracia e este grito ouvido sob as arcadas do Largo de São Francisco em São Paulo, na forma de carta aberta foi um protesto contra o gradativo sepultamento daquele traço singular e histórico da alma brasileira, de um espaço tão velho quanto à formação da nacionalidade brasileira. Sendo assim, afirmava que “Para nós, ilegítimo era o Governo cheio de Força e vazão de Poder”.

Nos anos 1990, novamente por ocasião dos festejos foi colocado no prédio da Faculdade uma homenagem em lembrança aos tempos da Ditadura Militar: “

Atualmente, a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com 184 anos, permanece com os principais pontos de encontro do Movimento Estudantil. Assim, o Centro Acadêmico como também o Departamento Jurídico XI de Agosto continuam na ativa, realizando atos contra a



Esse marco físico implantado no coração da cidade ultrapassou sua referência de lugar de ensino para sinalizar o espaço da luta cívica, abrigo de diversidades ideológicas e coro de contrários, único território da cidade a receber, por isso mesmo, prerrogativas legais de ‘território livre’ – desde 1930 – infenso à ação repressora de qualquer teor. Na calçada fronteira, a construção da Tribuna Livre – desde 1960/61 –, igualmente tombada, confirma a função de palanque aberto ao povo, promotorio das causas sociais.

Ana Luiza Martins “A ‘São Francisco’ na dinâmica da história e na memória da cidade”:

criminalização dos Movimentos Sociais, e colocando em debate questões fundamentais para a sociedade.

Portanto, o Largo de São Francisco foi um importante espaço de aglutinação do Movimento Estudantil que foram marcadas pelos sucessivos embates com a polícia e a ditadura militar. Por exemplo, em agosto de 2007 durante um ato da Jornada Nacional em Defesa da Educação Pública (promovida por diversas entidades estudantis e movimentos sociais), realizando uma ocupação era simbólica. Esta foi uma forma de divulgar as 18 pautas consensuais da Jornada, e tinha previsão de durar 24 horas, sendo que a diretoria da Faculdade havia se comprometido a não chamar a polícia por se tratar de um ato pacífico. Entretanto, o diretor da Faculdade na época, João Grandino Rodas, durante a

madrugada chamou a Polícia Militar que invadiu a ocupação e prendeu por volta de 300 pessoas que dormiam na ocupação, sendo que sua justificativa para tal ato era de que poderia virar uma ocupação como já havia acontecido com a Reitoria da Universidade naquele mesmo ano. Novamente, foi um ato abusivo de repressão política contra um movimento de protesto pacífico, na tentativa de inibir a mobilização do movimento estudantil.

No entanto é fundamental ressaltar desse espaço, que foi sempre um espaço importante de aglutinação do Movimento Estudantil. Sua localização privilegiada e a denominação do espaço como um Território Livre para a discussão e para a reivindicação em defesa da educação pública.



Assembléia Geral dos Estudantes da USP no Salão Nobre da Faculdade de Direito, no dia 11 de novembro de 2011. Nesse dia, foi deliberado a continuação da Greve dos Estudantes da USP em reivindicação contra a prisão de 73 estudantes; contra a política de segurança imposta pelo atual reitor João Grandino Rodas, que fez um convênio instalando a Polícia Militar dentro do campus universitário. Nas faixas os estudantes reivindicam “RODAS O SABER NÃO ACEITA POLÍCIA”. No limite, os estudantes continuam reivindicando uma horizontalização das estruturas de poder na Universidade,

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Maria Paula. *Memórias Estudantis: da fundação da UNE até nossos dias*. Editora Ediouro, Rio de Janeiro – 2007.

BUZZONI, H. D; *Arcadas: no tempo da Ditadura*

MARTINS, A.L. , BARBUY, H. - *Arcadas. História da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. 1827-1997*. 1998

MARTINS, A.L. , “A ‘São Francisco’ na dinâmica da história e na memória da cidade”, In: Cidades universitárias: patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP, org: Centro de Preservação Cultural da USP, 2005

Mische, Ann; *De estudantes a cidadãos Redes de jovens e participação política*. Universidade de Columbia

Nogueira, Márcia Pompeo e Dittrich, Maireli ; *Teatro União e Olho Vivo: uma perspectiva de longo prazo de Teatro para Comunidades*

RODRIGUES, Alberto Tosi; *Movimento Estudantil em Tempos de Mobilização e Crise*.

FERRAZ, Henrique; *Sete Décadas de Conhecimento*

SANTOS, Jordana de Souza; *A Repressão o Movimento Estudantil na Ditadura Militar*. AURORA ano III, Número 5 – DEZEMBRO DE 2009. ISSN: 1982-8004 www.marilia.unesp.br/aurora

SANTOS, Viviane; *Os Subversivos das Arcadas. Inventários DEOPS*. Arquivo do Estado e Imprensa Oficial. 1999

VEIGA, Laura da. “*Reforma Universitária na década de 60: origens e implicações político institucionais*”. In: Vários, *Universidade Brasileira: organização e problemas*. Editora SBPC, São Paulo – 1985.

Heroica Pancada. Centro Acadêmico XI de Agosto. 100 anos de Lutas, 2003.

A Universidade na Comunidade. Universidade de São Paulo. Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais. *Muito além da sala de aula: projetos comunitários de estudantes da USP*. São Paulo: CECAEIUSP, 1998.80p.

HISTÓRICO (de 1827 a 2006). *Dados históricos da Academia e dos seus Edifícios*. Disponível em: <http://www.direito.usp.br/> Acesso: 30.08.2011

Acervos Digitais

Jornal Folha de São Paulo:

- “SUPRA leva subversão às Arcadas”, 17/03/64
- “Ministro da Justiça - Jurema Fala e a Polícia Assusta”, 18/03/64
- “O Velório Simbólico do Governador Adhemar de Barros”, 20/03/64
- “Prisão Preventiva para os Acadêmicos de Direito”, 15/04/65
- “Assembléia no Porão – Ocupação da Faculdade de Direito”, 24/06/68
- “Direito da USP entra em Greve” , 03/04/68
- “Greve de 48 horas na Faculdade de Direito”, 04/04/68
- “Alunos montam barricadas nas Arcadas”, 24/06/68
- “Tomada do Porão da Faculdade de Direito”, 18/07/68
- “Enterro Simbólico “, 29/04/68
- “Pedido de reintegração de Posse FD”, 17/07/68
- “Pichações na Faculdade de Direito”, 16/07/68
- “80 mil universitários entram em greve”, 04/05/77
- “No fim uma frustrada passeata”, 06/05/77
- “Repressão ao Ato dos Estudantes ”, 11/05/77
- “O Grito Liberal”, 09/08/77
- “A Campanha pela democracia”, 17/08/77
- “Ato contra a posse do João Figueiredo”, 15/03/79

Revista Veja:

- Edição 403, 26/05/76 “De Mudança”
- Edição 453, 11/09/90 “Novas Figuras na Política”

Internet

Neste site além da maior produção de um dos grandes professores da Universidade, que teve como marco histórico a leitura da Carta aos Brasileiros, contém também entrevistas, depoimentos do professor sobre diversos acontecimentos da Faculdade e do Centro Acadêmico, sendo ele um dos grandes apoiadores, e um dos professores mais progressistas que a Faculdade já teve. <http://www.goffredotellesjr.adv.br> Acesso: 30.08.2011

Centro Acadêmico XI de Agosto - <http://www.xideagosto.org.br/transparencia/>

Departamento Jurídico XI de Agosto - <http://www.djonzedegosto.org.br/>

Faculdade de Direito - <http://www.direito.usp.br/>

Associação dos Antigos Estudantes da Faculdade de Direito da USP:

http://www.arcadas.org.br/historico_destaque.php?his_id=37

POESIAS DA FADUSP - UM TERRITÓRIO LIVRE.

<http://tjmar.sites.uol.com.br/renovos/renovos.htm>

http://www.conjur.com.br/2007-ago-29/pm_nao_invadido_faculdade_direito_usp

<http://arquivoocupa.blogspot.com/2007/08/choque-invade-faculdade-de-direito-da.html>

<http://www.leonildo.com/fd.htm>

http://www.cdcc.usp.br/ciencia/artigos/art_23/usp.html

Vídeos

SEELAENDER, Airton - "O herói e o 'território livre': Representações e mitos sobre a resistência democrática no Largo S. Francisco pós-64". Palestra Direito e Ditadura na Universidade Federal de Santa Catarina. 2010. Link. http://www.sindprevs-sc.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=928:direito-e-ditadura-&catid=60:ultimas-noticias&Itemid=79. Acesso 01/09/2011.

Documentário sobre os 150 Anos da Faculdade de Direito do Largo São Francisco e da luta dos universitários contra a transferência para a USP na Cidade Universitária.

<http://www.youtube.com/watch?v=L1xkkmT4KuY&feature=related>. 1976. Acesso 01/09/2011.

ⁱ Luis Antonio da Gama e Silva, pai do texto do AI-5 (Ato Institucional nº 5), era o reitor da USP na época e Alfredo Buzaid, futuro ministro da Justiça do governo Médici, era diretor da Faculdade de Direito. “A retaguarda jurídica da ditadura estava na faculdade”, afirma Buzzoni.

ⁱⁱ Carta aos Brasileiros. Disponível em: <http://www.goffredotellesjr.adv.br> Acesso: 30.08.2011